

A LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PELO PRISMA DE UM COLETIVO FEMINISTA

Autora: Franciéli Arlt Lopes; Co-autora: Verônica Gesser

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI - fr_lopes33@yahoo.com.br

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI - gesser@univali.br

Resumo

A violência contra a mulher é uma realidade que se apresenta há muito tempo, nas mais diversas situações e nos mais diversos contextos. Isso se deve à construção social da posição submissa da mulher, que determina ao homem o papel de dominador, conduzindo muitos deles a agirem de maneira violenta em relação às mulheres quando contrariados em sua autoridade, exacerbando com isso a violência de gênero. Portanto, a violência sofrida pela condição de ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino, o que torna perceptível as desigualdades sociais e econômicas existentes entre homens e mulheres. Ante o exposto, pretendemos com esta pesquisa, evidenciar algumas das atividades desenvolvidas pelo Coletivo Feminista Mais que Amélias das cidades gêmeas de União da Vitória – PR e Porto União – SC. Um grupo constituído por homens e mulheres que lutam pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra a mulher seja ela física, verbal ou psicológica. O coletivo emergiu devido aos dados alarmantes da incidência de práticas de violência contra a mulher, no qual o Paraná ocupa um lugar de destaque. Constatamos que o coletivo visa à promoção de ações afirmativas pela igualdade de gênero, promovendo ações de combate à violência contra as mulheres, em espaços escolares e não escolares. Tais ações se configuram em palestras a convite de Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Ação social, bem como, cursos, palestras, oficinas e intervenções culturais.

Palavras-chave: Mulher, Violência, Igualdade de Gênero.

Introdução

A violência contra a mulher se manifesta de distintas maneiras. Destarte, são alvos de múltiplas formas de preconceito e discriminação, que infringem os princípios de igualdade de direitos e respeito à dignidade humana. De fato, o próprio conceito definido no artigo 1º da Convenção de Belém do Pará (1994) aponta para esta amplitude, definindo violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Compete destacar também, o 3º artigo desta mesma Convenção “toda mulher tem direito a ser livre de violência”. Além das violações aos direitos das mulheres e a sua integridade física e psicológica, a violência constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, impactantes também no desenvolvimento social e econômico de um país.

A violência sofrida pela condição de ser mulher, independente de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino, o que torna perceptível as desigualdades sociais e econômicas existentes entre homens e mulheres. Entende-se, portanto, que os estereótipos de gênero são criados a partir da organização e construção social das relações estabelecidas entre mulheres e homens. Ante o exposto, se pode destacar a escola como um espaço que pode reforçar ou questionar esses estereótipos.

Esse fato assinala para as ações educativas que perpassam as trajetórias dessas mulheres, indicando que a educação perpetrada na escola seria uma importante aliada no combate a este problema social, o qual se reporta aos direitos humanos, pois a violência contra a mulher é uma forma de violação desses direitos. Esta conjuntura faz com que se considere que a educação em direitos humanos pode auxiliar no combate à violência, avançando na consolidação e ampliação dos direitos das mulheres, bem como na construção da igualdade de gênero.

A violência contra a mulher além de ser um fenômeno mundial, que não se restringe a determinada classe social, raça, idade ou religião, é um dos fatores estruturantes da desigualdade de gênero. Mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, continua trazendo dados alarmantes. Estas ações são frutos de um sistema social que subordina a mulher, que a vê como um ser inferior, incapaz, submissa ao homem, Bourdieu (2002) em sua análise de sociedade, destaca a afirmação da dominação do gênero masculino como sendo uma prática já corporificada ao ser humano. Neste mesmo viés Oliveira (2012, p. 06) explana que as relações entre homens e mulheres “têm sido historicamente desiguais causando a subordinação feminina aos homens que [...] impõem normas e condutas às mulheres e, quando há o descumprimento [...] punições são impostas [...] de forma sutil e perversa [...]”.

Buscando aproximar os fatos, dados alarmantes para o estado do Paraná foram veiculados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os números mostram que o Estado é o terceiro mais perigoso para as mulheres, e fica atrás apenas dos estados do Espírito Santo e Alagoas. O Paraná tem ainda cinco municípios com mais de 26 mil habitantes entre os 50 com mais casos de assassinatos. Ante o exposto evidenciamos o município de União da Vitória, que em 2012, ocupava o 46º lugar no ranking nacional das cidades que mais contabilizam homicídios contra as mulheres. (GAZETA DO POVO, 2012).

Diante destes dados alarmantes, não somente do Estado, sobretudo da cidade onde se estabeleceu o objeto desta pesquisa, cabe apresentar o Coletivo Feminista Mais que Amélias, um grupo que desde 2013 vem movendo ações em prol da igualdade de gênero e combate à violência

contra a mulher. Nesse sentido, pretendemos com esta pesquisa, evidenciar algumas das atividades desenvolvidas pelo Coletivo Feminista Mais que Amélias das cidades gêmeas de União da Vitória – PR e Porto União – SC. Um grupo constituído por homens e mulheres que lutam pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra a mulher seja ela física, verbal ou psicológica.

O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra a mulher é uma importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres. A Declaração de Viena (1993) salienta a importância de se trabalhar a eliminação da violência contra as mulheres, seja na vida pública ou privada; se preocupa ainda com a eliminação todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico para a prostituição. A Convenção de Belém do Pará (1994) condena todas as formas de violência contra a mulher. Partimos do pressuposto de que prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência são preceitos basilares de um país que preze por uma sociedade justa e igualitária entre mulheres e homens.

Metodologia

Considerando que observar é fundamental para se fazer ciência, este estudo de enfoque qualitativo, estruturou-se a partir de observações e entrevistas semiestruturadas. Stake (2011) informa que o estudo qualitativo é interpretativo, experiencial, situacional e personalístico, esclarece ainda que este exige principalmente microanálises e micro interpretações. Nesta oportunidade, as observações se efetivaram a partir das reuniões para deliberar quanto à organização do I Encontro de Gênero, Feminismo e Políticas Públicas, IV Seminário Regional de Combate à Violência Contra as Mulheres. Nesta ocasião, foram entrevistadas três pessoas que compõem o Coletivo: a professora de História Dulceli, a acadêmica Caroline do curso de Biologia e o acadêmico Mateus do curso de Filosofia. Ressalta-se que suas falas estarão destacadas em itálico no corpo do texto.

Resultados/Discussão

Pesquisas apontam que o Paraná ocupa um lugar em destaque, figurando na lista dos Estados brasileiros que mais vitimam suas mulheres, sendo apontado como a terceira unidade da federação em violência contra a mulher. Com 388 homicídios femininos registrados em 2010, o estado teve uma taxa de 6,3 assassinadas para cada 100 mil mulheres. Espírito Santo (com 9,4 casos/ 100 mil mulheres) e Alagoas (8,3/100 mil) lideram o ranking. O índice de mulheres assassinadas supera a média nacional, que ficou em 4,4 homicídios femininos por grupo de 100 mil. A taxa paranaense

também é maior do que a de países como a Colômbia (6,2 por 100 mil mulheres), Belize (4,6) e Cazaquistão (4,3). (GAZETA DO POVO, 2012).

O Paraná tem, ainda, cinco municípios com mais de 26 mil habitantes entre os 50 com mais casos de assassinatos de mulheres em relação à própria população feminina. Piraquara, na região metropolitana, ocupa o segundo lugar no ranking, com 11 mulheres vítimas de homicídio e taxa de 24,4 casos por 100 mil habitantes do sexo feminino. As outras cidades paranaenses da lista são Araucária (22º lugar), Fazenda Rio Grande (32º lugar), Telêmaco Borba (39º) e União da Vitória (46º). Curitiba aparece em 59º lugar no rol. De acordo com o estudo, a capital paranaense teve taxa de 4,7 mulheres assassinadas por 100 mil (95 homicídios). Apesar de ser superior ao índice nacional, a cidade está em 21º lugar no ranking das capitais com mais casos de violência contra a mulher. (GAZETA DO POVO, 2012).

A violência foi e continua fazendo parte da vida e prática diária de muitos indivíduos, passando de geração a geração como uma espécie de herança, fortalecendo assim o ciclo familiar, ou seja, começa a ser vista de modo naturalizado, ganhando força e cristalizando-se no imaginário social dessa família, sem questionamentos. É uma construção coletiva alicerçada nos entremeios indivíduo-família-comunidade. (SILVA, et al, 2013, p. 03)

O coletivo feminista surgiu em 21 de maio de 2013, devido aos dados preocupantes que registram a grande incidência de práticas de violência contra a mulher. O intuito, do movimento, é discutir a violência e o feminismo, chamando atenção para a sociedade tenha respaldo para não aceitar tais práticas, mas sim tenha subsídios para combatê-las. Diante deste cenário, interessa saber: como decorreu a constituição do Coletivo? Quais ações afirmativas pela igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres? O que move as pessoas envolvidas no grupo?

Uma das primeiras ações do grupo foi colocar em pauta, juntamente com a prefeitura municipal, a solicitação de ajuda na prevenção e combate a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres. O grupo recebeu garantia de apoio. O intuito da Administração Municipal era instalar uma ‘Casa de Apoio à Mulher’, como ponto de assistência às pessoas que sofrerem violência. Ressalta-se, porém, que até o momento da pesquisa a garantia de apoio não foi concretizada.

Diante destes dados alarmantes, não somente do Estado, mas, sobretudo da cidade onde se estabeleceu o objeto desta pesquisa, no caso União da Vitória, deparamo-nos com um dos motivos que levaram a constituição do Coletivo Feminista Mais que Amélias. Quando entrevistada, a Professora Dulceli explana que “[...] Ao notarmos os dados da violência na cidade, depois do mapa

da violência de 2012, os debates sobre o tema se intensificaram na universidade (UNESPAR), alunas e professora começaram a dialogar, e outras meninas, amigas, de outras universidades (UNC, UNIUV) também começaram a debater a questão e resolveram realizar a primeira Marcha das Vadias na cidade o que deu origem ao coletivo”.

A Marcha das Vadias teve início em 2011 em Toronto, no Canadá. Após um surto de estupros naquela cidade a Força Policial local resolveu, então, realizar uma palestra sobre o assunto. Durante a fala do chefe da força, ele comentou que os estupros só haviam ocorrido devido à maneira como as meninas estavam se comportando e as chamou de “vadias”. O discurso causou revolta entre as mulheres canadenses que logo saíram às ruas pedindo por mais segurança, independente do comprimento de sua saia. A esse respeito, uma das integrantes do coletivo afirmou que “[...] toda mulher merece respeito e merece ser protegida [...] não importa a forma que ela se veste”, argumenta Carolina (acadêmica do curso de Biologia). O movimento que teve início no Canadá ganhou o mundo, sendo realizado em diferentes cidades em vários países. Trinta e cinco cidades tiveram pelo menos uma edição da Marcha das Vadias. (HELENE, 2008).

Com sete meses de atividades no dia 19/10/2014, o coletivo promoveu a 1ª marcha feminista “Todos podem participar, homem, criança, idoso. Queremos todos, com respeito, nessa Marcha. É um evento familiar”, (Carolina). Cerca de 50 mulheres e homens, entre professoras, mães e acadêmicos foram às ruas das duas cidades “abrir os olhos” da população sobre os números que colocam União da Vitória entre as 50 cidades que mais matam mulheres em todo o Brasil.



Figura 1: Manifestantes na concentração na Praça Coronel Amazonas em União da Vitória.

Fonte:

<https://www.facebook.com/events/347418902070079/>

A caminhada reforçou um estilo familiar. Mães de militantes também participaram, além de crianças que caminharam juntas com a Marcha. Porém, devido ao conservadorismo que ainda está incrustado nas ações da pequena cidade, o estranhamento foi evidente. Nesta oportunidade, quando questionada sobre o intento deste movimento, uma das acadêmicas ressalta que “[...] *Nossa intenção é impressionar, quem ainda não conhecia o movimento com certeza vai buscar saber o que a gente estava fazendo ali, e ver a importância disso*”. (Carolina).

Evidenciou-se, portanto que devido ao ritmo acelerado com que acontecem as agressões contra as mulheres nas cidades gêmeas, e também pela falta de atenção com as condutas de proteção à mulher, surgiu o grupo Feminista Mais que Amélias. A prof^a Dulce explana: “[...] *Precisamos de mais políticas públicas sobre a questão de proteção a mulher. Hoje, em União da Vitória não existe nenhuma política pública municipal em exercício. Tínhamos dentro da Delegacia da cidade uma sala que realizava atendimento às mulheres agredidas, mas hoje ela está desativada*”.

O coletivo também desenvolve ações em algumas instituições da rede estadual de ensino, objetivando a conscientização dos educandos e educandas quanto a problemática da violência de gênero. “[...] *O nosso trabalho não é sobre sexo, mas sobre violência. A gente vai às escolas debater sobre a violência doméstica, por que temos que começar com as crianças. Desde pequenos eles tem de aprender o que é essa violência*”, (Carolina Adam). Nas entrevistas evidenciou-se que a intenção do coletivo é expandir os trabalhos para mais escolas do município e realizar um levantamento de dados mais apurados sobre os casos da região. A prof^a Dulceli ressalva que as ações do grupo contemplam: orientações a mulheres que procuram o coletivo, palestras e oficinas em escolas e eventos organizados por secretarias de saúde e ação social, seminário regional de combate à violência contra as mulheres (atividade anual), marchas, cursos sobre gênero e diversidade. Ela ainda ressalta que não existe um líder, pois tudo é decidido coletivamente, ou seja, todas as pessoas membros respondem pelo coletivo.

Considerações

Constamos as ações de luta pela igualdade de gênero e de combate à violência contra as mulheres, desenvolvidas pelo coletivo, se configuram em palestras, cursos e intervenções culturais; em escolas e em outros espaços não escolares. Normalmente, a convite da Secretaria Municipal de Saúde, Educação ou Ação Social. Atua em parceria com o Coletivo Feminista e Antihomofobia da

APP sindicato por dois anos seguidos na organização do Seminário Regional de Combate à Violência contra as Mulheres.

As pessoas entrevistadas foram unânimes em enfatizar que as ações do Coletivo impactam diretamente na sociedade pelo fato de dar visibilidade a temas que antes não eram debatidos, elucidando a necessidade de uma mudança de comportamento por parte de homens e mulheres para que não somente o Estado, mas o nosso país deixem de fazer parte dessa estatística vergonhosa. Concluem destacando que o Estado do Paraná precisa urgente, cuidar de suas mulheres com políticas públicas que contribuam para a qualidade de vida das pessoas e com ações que possibilitam a punição e o fim dos crimes contra as mulheres. Afinal, “Quem ama, não mata! Respeita!” como afirmam as campanhas pelo fim da violência contra a mulher e pelo fim de toda forma de discriminação.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CEDIN, Centro de Direito Internacional. Declaração e Programa Ação de Viena – Conferencia Mundial sobre os Direitos Humanos. Viena, junho de 1993. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em 02 de ago de 2016.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará – 1994. Disponível em <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em 02 de ago de 2016.

GAZETA DO POVO. **Mapa da violência**: Paraná é o terceiro estado no ranking da violência contra a mulher (2012). <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-e-o-terceiro-estado-no-ranking-da-violencia-contra-a-mulher-1ykhg6lkzuahaunmr2rto9yku>. Acesso em 18 de setembro de 2016.

HELENE, Diana. “Se cuida seu machista, a América latina vai ser toda feminista”. Disponível em: <http://mstrio.casadomato.org/se-cuida-seu-machista-a-america-latinavai-ser-toda-feminista/> Acesso em: 05 de jul. 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipea revela dados inéditos sobre violência contra a mulher** (2013). Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873. Acesso em 05 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Cleuza Maria de. **Violência de gênero e as políticas públicas**: um estudo sobre as políticas de atenção as mulheres vítimas de violência no município de Contagem, ano 2010. Universidade Federal de Ouro Preto Centro de Educação Aberta e a Distancia - Programa de Educação para a Diversidade - Especialização em Gestão de Políticas Públicas com foco em raça e gênero, 2012.

SILVA, Ana Cláudia Gonçalves; et al. **Violência contra mulher**: uma realidade imprópria. Rev. Ciênc. Saúde Nova Esperança – Set. 2013.

STAKE, Robert. **Pesquisa Qualitativa**. Porto alegre, ArtMed, 2011.